

**CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA
– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A - CEPASA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.643	9.841	Fornecedores		57.994	68.275
Contas a receber de clientes	7	2.035.984	2.055.168	Obrigações sociais e trabalhistas	12	5.666.558	5.567.760
Estoques	8	5.540.839	5.584.662	Obrigações fiscais	13	77.747.472	99.082.401
Impostos a recuperar		1.051	710	Parcelamentos tributários	14	3.192.152	-
Adiantamentos	9	13.423.879	13.513.880	Adiantamentos de clientes	15	3.184.479	1.934.779
Outras contas a receber		6.947	6.947			89.848.655	106.653.215
		21.022.343	21.171.208				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Parcelamentos tributários	14	204.258.519	172.765.496
Contas a receber de clientes	7	77.671.367	77.671.367	Passivos em recuperação judicial	16	86.152.635	89.738.653
Depósitos judiciais		324.012	324.036	Partes relacionadas	22	430.880.031	425.442.407
Partes relacionadas	22	495.673.728	493.029.862	Provisão para contingências	17	46.411.634	5.650.651
Outras contas a receber		1.526.724	1.276.197			767.702.819	693.597.207
Investimentos	10	776.070	6.026.563	Passivo a descoberto / Patrimônio líquido	18		
Imobilizado	11	212.204.992	212.204.992	Capital social		211.365.260	211.365.260
		788.176.893	790.533.017	Prejuízos acumulados		(259.717.498)	(199.911.457)
						(48.352.238)	11.453.803
Total do Ativo		809.199.236	811.704.225	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto / Patrimônio Líquido		809.199.236	811.704.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A - CEPASA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	19	(1.379.111)	(2.451.536)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	<u>(44.618.375)</u>	<u>(5.828.756)</u>
		(45.997.486)	(8.280.292)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(45.997.486)</u>	<u>(8.280.292)</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	21	18.361.623	726.677.389
Despesas financeiras	21	<u>(33.653.391)</u>	<u>(16.849.357)</u>
	21	(15.291.768)	709.828.032
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(61.289.254)</u>	<u>701.547.740</u>
Número de ações ao final do exercício	18(a)	<u>3.071.723</u>	<u>3.071.723</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação		<u>(19,95)</u>	<u>228,39</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A - CEPASA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto / Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		211.365.260	(138.164.478)	73.200.782
Ajustes de exercícios anteriores	18(c)	-	(1.001.768.920)	(1.001.768.920)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	14	-	238.474.201	238.474.201
Lucro líquido do exercício		-	701.547.740	701.547.740
Saldos em 31 de dezembro de 2024		211.365.260	(199.911.457)	11.453.803
Ajustes de exercícios anteriores	18(c)	-	1.483.213	1.483.213
Prejuízo do exercício		-	(61.289.254)	(61.289.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		211.365.260	(259.717.498)	(48.352.238)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A - CEPASA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(61.289.254)	701.547.740
Ajustes por:		
Reclassificação de saldo de investimentos	250.528	-
Provisão para perdas sobre investimentos	4.999.965	-
Baixas, líquidas de depreciação	-	5.854
Depreciação do imobilizado	-	898.614
Provisão para contingências	40.760.983	5.650.651
Ajustes de exercícios anteriores	1.483.213	(1.001.768.920)
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	-	238.474.201
Prejuízo do exercício - ajustado	(13.794.565)	(55.191.860)
Variações das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	19.184	31.931.068
Estoques	43.823	2.196.154
Impostos a recuperar	(341)	12.546
Adiantamentos	90.001	6.982.132
Outras contas a receber	(250.527)	970.249
Depósitos judiciais	24	11.622.525
Fornecedores	(10.281)	(17.969.652)
Obrigações sociais e trabalhistas	98.798	(36.455.293)
Obrigações fiscais	(21.334.929)	156.320.427
Parcelamentos tributários	34.685.175	(248.582.074)
Adiantamentos de clientes	1.249.700	1.934.779
Outras contas a pagar	-	(17.636.061)
Passivos em recuperação judicial	(3.586.018)	41.478.803
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(2.789.956)	(122.386.257)
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	2.793.758	122.384.761
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	2.793.758	122.384.761
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.802	(1.496)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	9.841	11.337
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	13.643	9.841
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.802	(1.496)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



.1.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que faz parte do “Grupo João Santos – GJS”, é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a fabricação, o comércio, a importação e exportação de celulose, papel, papelão, caixas, sacos e outros artefatos de papel, bem como atividade agrícola conexa à indústria de celulose e ainda a mineração em geral, em terras de sua propriedade ou de terceiros, podendo, ainda, participar de outras sociedades que tenham ou não idêntico objeto social, inclusive a participação no capital de empresas sob benefícios ou não da legislação dos incentivos fiscais. A Companhia possui sede na Rua Vereador Sócrates Regueira Pinto de Souza, nº 183, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 22 de maio de 2026.

(b) Reestruturação

Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da **Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA**, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos** (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei das Falências”), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais requerendo a penhora de seus ativos.

Ao longo de 2025, o **Grupo João Santos** promoveu avanços estruturais relevantes no âmbito de sua Recuperação Judicial, com destaque para a atualização e consolidação da lista de credores, refletindo na transparência necessária referente ao passivo sujeito ao processo e divulgado na Nota Explicativa nº 16. Em paralelo, houve evolução consistente no cumprimento das obrigações sobre o Plano de Recuperação Judicial, com pagamentos de aproximadamente R\$69,1 milhões, contemplando as Classes I, III e IV e beneficiando 2.909 credores.

No mesmo período, foi intensificado o processo de mediação com credores, sustentado, em grande medida, pela recomposição de caixa decorrente da reintegração de depósitos recursais. Essa estratégia contribuiu diretamente para a construção de um ambiente evolutivo, favorecendo a adesão ao plano.



.2.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Para o ano de 2026, o **Grupo João Santos** estabelece continuidade do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. Nesse sentido, um plano estruturado de liquidação de ativos não estratégicos, com foco na maximização de valor, aliado à reestruturação operacional e ao desenvolvimento de novas unidades de negócio mais eficientes, rentáveis e alinhadas às diretrizes de longo prazo. A combinação dessas iniciativas reforça o compromisso do **Grupo João Santos** e sua atual administração com a sustentabilidade financeira, a recomposição de valor para seus credores e a retomada consistente de sua capacidade de crescimento, posicionando a companhia de forma mais sólida e competitiva para os próximos ciclos.

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do **Grupo João Santos**. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.

(c) Desempenho operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a **Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA – Em Recuperação Judicial** apresentou insuficiência de capital de giro de R\$68.826.312 (R\$85.482.007 em 31 de dezembro de 2024), prejuízos acumulados de R\$259.717.498 (R\$199.911.457 até 31 de dezembro de 2024) e passivo a descoberto de R\$48.352.238. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função destes fatos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.



.3.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras, quando aplicáveis, aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

b) Contas a receber de clientes e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*), quando necessário.

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* na data-base.

2.5. Estoques

São mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de materiais, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas e/ou ações de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização e/ou perdas, quando necessário.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.10. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.11. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(a) Venda de produtos

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.13. Impactos da Reforma Tributária

Reforma Tributária sobre o consumo (Emenda Constitucional 132/2023 e Lei Complementar 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, instituindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a operacionalização desses tributos, estabelecendo regras de transição, regimes específicos e governança do sistema.

Até 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que as alterações introduzidas pela nova legislação não geraram impactos que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Entretanto, reconhece que os impactos econômicos decorrentes da nova sistemática tributária poderão influenciar a formação de preços, margens operacionais e fluxo de caixa futuro, especialmente durante o período de transição, previsto até 2033.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A Companhia implementou as adaptações sistêmicas necessárias para atendimento às exigências relativas ao período de testes em 2026, incluindo o destaque informativo de IBS e CBS nos documentos fiscais, conforme regulamentação vigente.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (Lei Complementar 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025 introduziu alterações nos critérios de concessão e manutenção de benefícios fiscais de natureza tributária concedidos pela União, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias.

A Administração avaliou os efeitos dessa legislação e concluiu que, em de 31 de dezembro de 2025, não há impactos que demandem ajustes nos ativos fiscais reconhecidos ou nas estimativas contábeis relacionadas a benefícios tributários.

Avaliação contábil

A Companhia não possui ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida cujas premissas de realização estejam impactadas pela reforma tributária até a presente data.

A Administração continuará monitorando a regulamentação complementar e eventuais impactos regulatórios ou econômicos decorrentes da implementação integral da reforma tributária.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para contingências

A Companhia discute questões cíveis e trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia.

(b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, quando aplicável e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

i. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

ii. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.



.13.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	57.994	-
Adiantamentos de clientes	3.184.479	-
Passivos em recuperação judicial	-	86.152.635
Partes relacionadas	-	430.880.031
	<u>3.242.473</u>	<u>517.032.666</u>
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	68.275	-
Adiantamentos de clientes	1.934.779	-
Passivos em recuperação judicial	-	89.738.653
Partes relacionadas	-	425.442.407
	<u>2.003.054</u>	<u>515.181.060</u>

(c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade sua de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



.14.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos financeiras		
Caixa e equivalentes de caixa	13.643	9.841
Contas a receber de clientes	79.707.351	79.726.535
Adiantamentos	13.423.879	13.513.880
Outras contas a receber	1.533.671	1.283.144
Partes relacionadas	495.673.728	493.029.862
	<u>590.352.272</u>	<u>587.563.262</u>
Passivos financeiras		
Fornecedores	57.994	68.275
Adiantamentos de clientes	3.184.479	1.934.779
Passivos em recuperação judicial	86.152.635	89.738.653
Partes relacionadas	430.880.031	425.442.407
	<u>520.275.139</u>	<u>517.184.114</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a saldo em banco conta movimento.

7. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Duplicatas a receber - Terceiros	9.818.198	9.818.197
Duplicatas a receber - Partes relacionadas	79.707.350	79.726.535
	<u>89.525.548</u>	<u>89.544.732</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.818.197)</u>	<u>(9.818.197)</u>
	<u>79.707.351</u>	<u>79.726.535</u>
Circulante	2.035.984	2.055.168
Não circulante	77.671.367	77.671.367



.15.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

	2025	2024
A vencer	40.617	-
Vencidos		
de 31 a 60 dias	-	25.110
de 61 a 90 dias	-	19.757
acima de 180 dias	89.525.548	89.499.865
	<u>89.566.165</u>	<u>89.544.732</u>

8. Estoques

	2025	2024
Matérias primas	4.354.195	4.354.195
Almoxarifado de peças para reposição e manutenção	<u>1.486.390</u>	<u>1.532.134</u>
	5.840.585	5.886.329
Provisão para perdas sobre estoques	<u>(299.746)</u>	<u>(301.667)</u>
	<u>5.540.839</u>	<u>5.584.662</u>

9. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores - Terceiros	8.333.638	8.423.639
Adiantamentos a fornecedores - Partes relacionadas	<u>5.090.241</u>	<u>5.090.241</u>
	<u>13.423.879</u>	<u>13.513.880</u>



.16.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

10. Investimentos

	% de participação	2025	2024
Participação no capital de outras empresas			
Itabira Agro Industrial S/A (*)	0,5058%	2.076.874	2.076.874
Itaclínica Ltda. (*)	0,0022%	4	4
Itaguatins S/A – Agropecuária (*)	72,4988%	4.999.965	4.999.965
Itapicuru Agro Industrial S/A (*)	0,0070%	24.866	24.866
		<u>7.101.709</u>	<u>7.101.709</u>
Outros investimentos	-	<u>776.070</u>	<u>1.026.598</u>
		<u>7.877.779</u>	<u>8.128.307</u>
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		<u>(7.101.709)</u>	<u>(2.101.744)</u>
		<u><u>776.070</u></u>	<u><u>6.026.563</u></u>

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025. Em 2024, a Itaguatins S/A – Agropecuária apresentou patrimônio líquido.



.17.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

11. Imobilizado

	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em anadamento	Total
Taxas anuais de depreciação	4%	10%	10%	20%	-	
Em 31 de dezembro de 2025						
Saldo inicial	11.307.630	133.645.653	1.178.887	236.229	65.836.593	212.204.992
Saldo contábil, líquido	11.307.630	133.645.653	1.178.887	236.229	65.836.593	212.204.992
Custo	30.021.987	159.951.222	4.102.580	873.208	65.836.593	260.785.590
Depreciação	(18.714.357)	(26.305.569)	(2.923.693)	(636.979)	-	(48.580.598)
Saldo contábil, líquido	11.307.630	133.645.653	1.178.887	236.229	65.836.593	212.204.992



.18.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em anadamento	Total
Taxas anuais de depreciação	4%	10%	10%	20%	-	
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	12.164.514	133.671.671	1.194.599	236.229	65.842.447	437.859.364
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	-	-	(5.854)	(224.755.758)
Depreciação	(856.884)	(26.018)	(15.712)	-	-	(898.614)
Saldo contábil, líquido	<u>11.307.630</u>	<u>133.645.653</u>	<u>1.178.887</u>	<u>236.229</u>	<u>65.836.593</u>	<u>212.204.992</u>
Custo	30.021.987	159.951.222	4.102.580	873.208	65.836.593	260.785.590
Depreciação acumulada	<u>(18.714.357)</u>	<u>(26.305.569)</u>	<u>(2.923.693)</u>	<u>(636.979)</u>	-	<u>(48.580.598)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>11.307.630</u>	<u>133.645.653</u>	<u>1.178.887</u>	<u>236.229</u>	<u>65.836.593</u>	<u>212.204.992</u>



.19.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
INSS a recolher	5.998	8.405
FGTS a recolher	5.474.997	5.377.226
Provisão de férias e encargos sociais	185.563	182.129
	<u>5.666.558</u>	<u>5.567.760</u>

13. Obrigações fiscais

	2025	2024
IPTU a recolher	12.461.017	10.619.391
ICMS a recolher (i)	52.433.606	47.507.209
ISS a recolher	5.170.145	312.403
Dívida ativa - Débitos previdenciários (ii)	2.464.595	32.001.504
Dívida ativa - Débitos não previdenciários (ii)	5.194.199	4.267.199
Outras obrigações fiscais	23.910	4.374.694
	<u>77.747.472</u>	<u>99.082.401</u>

- (i) Refere-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 2014 e 2025, os quais estão em negociação junto a secretarias estaduais de fazenda.
- (ii) Referem-se a débitos de tributos federais que foram inscritos em dívida ativa. Grande parte do saldo referente a débitos previdenciários foi incluído, em 2025, na Transação PGFN firmada em agosto de 2023, conforme na Nota Explicativa nº 14.



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

14. Parcelamentos tributários

	2025	2024
Parcelamento PGFN - FGTS (i)	17.019.467	15.729.585
Transação PGFN (ii)	190.431.204	157.035.911
	<u>207.450.671</u>	<u>172.765.496</u>
Circulante	3.192.152	-
Não circulante	204.258.519	172.765.496

(i) Em janeiro de 2024, foram negociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, débitos de FGTS gerados entre 1970 e 2018, cuja liquidação se dará em até 105 meses.

(ii) O **Grupo João Santos**, do qual a **Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o **Grupo João Santos** chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA – Em Recuperação Judicial**, os montantes envolvidos montaram a R\$726.677.116 e R\$238.474.201, respectivamente, registrados no exercício de 2024.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024.

Em conformidade com a Portaria PGFN nº 6.757/2022, diversas empresas do Grupo João Santos realizaram, em setembro de 2025, o aditamento da transação tributária originalmente celebrada em setembro de 2023. O referido aditamento permitiu a inclusão de débitos cujo fato gerador é anterior à celebração da transação original. Como resultado, o montante consolidado de débitos, no valor de R\$261.409.007, foi objeto de reestruturação, com aplicação de descontos, no montante de R\$197.051.723 e utilização de prejuízos fiscais acumulados da Companhia, no montante de R\$64.357.284, resultando em R\$42.904.856. Os descontos obtidos pela **Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA – Em Recuperação Judicial** montam a R\$18.361.463, registrados no exercício de 2025.



.21.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O prazo final para quitação do parcelamento é 31 de dezembro de 2033.

15. Adiantamentos de clientes

	2025	2024
Adiantamentos de clientes - Terceiros	3.112.217	1.862.517
Adiantamentos de clientes - Partes relacionadas	72.262	72.262
	<u>3.184.479</u>	<u>1.934.779</u>

16. Passivos em recuperação judicial

	2025	2024
Fornecedores	54.201.531	58.125.681
Instituições financeiras	3.677	3.677
Credores trabalhistas	31.947.427	31.609.295
	<u>86.152.635</u>	<u>89.738.653</u>

Referem-se aos valores apresentados na lista de credores atualizada relativos a Recuperação Judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

17. Provisão para contingências

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível e trabalhista e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	2025	2024
Cível	2.867.036	1.159.969
Trabalhista	18.388.674	4.490.682
Tributária	25.155.924	-
	<u>46.411.634</u>	<u>5.650.651</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os montantes envolvidos estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Cível	115.877.439	20.342.059
Trabalhista	130.257	11.080.615
	<u>116.007.696</u>	<u>31.422.674</u>



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

**CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024****(Em Reais)****18. Patrimônio líquido*****(a) Capital social***

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$211.365.260, dividido em 3.071.723 ações, no valor nominal de R\$68,81 cada uma, sendo 2.604.877 ações ordinárias ou comuns e nominativas, 197.385 ações preferenciais, nominativas, especiais, denominadas classe “A” e 269.461 ações preferenciais, nominativas, resgatáveis e classe “B”, distribuído da seguinte forma:

Acionista	2025 e 2024	
	Participação (%)	Valor (R\$)
Itapagé S/A - Celulose, Papéis e Artefatos	60,70%	128.298.713
Itapessoca Agro Industrial S/A	12,15%	25.680.879
Itapicuru Agro Industrial S/A	5,31%	11.223.495
João Pereira dos Santos (Espólio)	4,20%	8.877.341
Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA	4,07%	8.602.566
Indústria de Sacos de Papel S/A - ISAPEL	3,09%	6.531.187
Itapetinga Agro Industrial S/A	1,95%	4.121.623
AGRIMEX - Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	1,63%	3.445.254
Itaipava S/A	1,20%	2.536.383
Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR	1,18%	2.494.110
Itamaracá S/A	0,96%	2.029.106
Companhia Agro Industrial de Goiana	0,94%	1.986.833
CBE - Companhia Brasileira de Equipamento	0,76%	1.606.376
Sociedade de Táxi Aéreo Weston Ltda.	0,56%	1.183.645
Itajubara S/A - Açúcar e Álcool	0,50%	1.056.826
Itaocara Agropecuária Ltda.	0,29%	612.958
Itapuama Agro Industrial e Serviços Ltda.	0,14%	295.911
Nassau Administração e Participações Ltda.	0,10%	211.365
Outros acionistas	0,27%	570.689
	100,00%	211.365.260

(b) Destinação do lucro do exercício

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;



.25.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

- O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral.

(c) Ajustes de exercícios anteriores

	2025	2024
Regularização dos saldos patrimoniais, líquida	2.053.581	(959.587.237)
Ajustes do saldo de passivo em recuperação judicial	(570.368)	(42.181.683)
	<u>1.483.213</u>	<u>(1.001.768.920)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Manutenções	(7.136)	(7.042)
Materiais de reposição	(1.900)	(179.588)
Serviços prestados - Pessoas física e jurídica	(852.106)	(568.506)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(904.468)
Multas	(6)	(631.125)
Impostos, taxas e contribuições	(396.557)	(23.437)
Outras despesas administrativas	(121.406)	(137.370)
	<u>(1.379.111)</u>	<u>(2.451.536)</u>



CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas		
Sucata	1.251.754	168.967
Outras	1.921	-
	<u>1.253.675</u>	<u>168.967</u>
Outras despesas		
Perdas com estoques obsoletos	-	(301.667)
Provisões com contingências	(40.760.983)	(5.650.651)
Provisão para perdas com investimentos	(4.999.965)	-
Tributos incidentes	(111.102)	(45.405)
	<u>(45.872.050)</u>	<u>(5.997.723)</u>
	<u>(44.618.375)</u>	<u>(5.828.756)</u>

21. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos sobre tributos (i)	18.361.463	726.677.116
Outras receitas financeiras	160	273
	<u>18.361.623</u>	<u>726.677.389</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre impostos e contribuições	(6.731.346)	(80.685)
Atualização monetária sobre tributos	(26.913.540)	(16.764.332)
Outras despesas financeiras	(8.505)	(4.340)
	<u>(33.653.391)</u>	<u>(16.849.357)</u>
	<u>(15.291.768)</u>	<u>709.828.032</u>

(i) Refere-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.



.27.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

22. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante		
<u>Contas a receber de clientes</u>		
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	143.751	143.751
Indústria de Sacos de Papel S/A	78.532.345	78.532.345
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	332.440	332.440
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	102.316	102.316
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos	366.417	366.417
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	183.612	183.612
Outros	46.470	65.654
	<u>79.707.351</u>	<u>79.726.535</u>
<u>Adiantamentos</u>		
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	5.086.578	5.086.578
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	3.663	3.663
	<u>5.090.241</u>	<u>5.090.241</u>
Passiv circulante		
<u>Adiantamentos de clientes</u>		
Indústria de Sacos de Papel S/A	58.214	58.214
Itapetinga Agro Industrial S/A	14.048	14.048
	<u>72.262</u>	<u>72.262</u>



.28.

CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A – CEPASA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A seguir estão demonstradas as operações entre partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as referidas transações:

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	116.036.950	116.036.950	-	-
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	5.861.842	5.316.164	22.012.242	16.606.687
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	-	-	16.249.507	16.241.354
Companhia Agro Industrial de Goiana	735.105	-	90.738.535	90.729.096
Industria de Sacos de Papel S/A	213.985	-	18.361.231	18.360.497
Itabira Agro Industrial S/A	277	-	117.454.465	117.454.465
Itabuna Agropecuária Ltda.	-	-	5.004.390	5.004.390
Itaguarema Imobiliária Ltda.	-	-	3.784.652	3.784.652
Itaguassu Agro Industrial S/A	-	-	17.821.316	17.821.316
Itaguatins S/A – Agropecuária	12.918.713	12.918.713	-	-
Itaiguara Transportes Ltda.	1.228	1.228	-	-
Itaipava S/A	3.316.337	3.313.845	-	-
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	1.539	-	30.769.938	30.766.395
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	212	-	2.323.062	2.323.062
Itapessoca Agro Industrial S/A	2.077	-	27.129.551	27.129.551
Itapetinga Agro Industrial S/A	178.449.687	178.449.687	-	-
Itapicuru Agro Industrial S/A	18.514.517	17.814.517	-	-
Itapissuma S/A	-	-	50.660.890	50.660.890
Itapuama Agroindustrial e Serviços Ltda.	2.889.732	2.889.732	-	-
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	10	-	16.569.494	16.569.494
Itautinga Agro Industrial S/A	31.642.067	31.642.067	-	-
Mamoaba Agro Pastoral S/A	29.452.710	29.352.710	-	-
Nassau Administração e Participações Ltda.	400.000	-	7.821.093	7.810.893
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	94.365.559	94.365.559	-	-
Outros	871.181	928.690	4.179.665	4.179.665
	<u>495.673.728</u>	<u>493.029.862</u>	<u>430.880.031</u>	<u>425.442.407</u>

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.

* * *